

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.

O Trabalho no Século XXI.
Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 03 - Gênero, trabalho, profissões e políticas sociais na América Latina, na atualidade: o que nos aproxima e o que nos distancia?

AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE: QUALIFICAÇÃO, GÊNERO E TRABALHO.

Ma. Anna Violeta Durão (EPSJV/FIOCRUZ)
Ma. Clarissa Alves Fernandes de Menezes (EPSJV/FIOCRUZ)
Dra. Filippina Chinelli (EPSJV/FIOCRUZ)
Ma. Márcia Valéria Morosini (EPSJV/FIOCRUZ)
Esp. Marcio Candeias (EPSJV/FIOCRUZ)
Graduando Ramón Chaves Gomes (EPSJV/FIOCRUZ)

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.

O Trabalho no Século XXI.
Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 03 - Gênero, trabalho, profissões e políticas sociais na América Latina, na atualidade: o que nos aproxima e o que nos distancia?

AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE: QUALIFICAÇÃO, GÊNERO E TRABALHO.

Ma. Anna Violeta Durão (EPSJV/FIOCRUZ)
Ma. Clarissa Alves Fernandes de Menezes (EPSJV/FIOCRUZ)
Dra. Filippina Chinelli (EPSJV/FIOCRUZ)
Ma. Márcia Valéria Morosini (EPSJV/FIOCRUZ)
Esp. Marcio Candeias (EPSJV/FIOCRUZ)
Graduando Ramón Chaves Gomes (EPSJV/FIOCRUZ)

AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE QUALIFICAÇÃO, GÊNERO E TRABALHO.

Esse estudo busca analisar o perfil social e o trabalho das ACS articulando-os com os conceitos de qualificação e gênero, permitindo refletir sobre características do trabalho na atualidade e, especificamente, a inserção dessas trabalhadoras no âmbito do SUS. Foi realizada revisão bibliográfica e obteve-se também informações por meio da aplicação e análise de um questionário fechado respondido por 167 ACS da ESF do Rio de Janeiro, que compõem as turmas da formação técnica em curso no município. Buscou-se traçar o perfil socioeconômico, os percursos formativos e as trajetórias profissionais dessas ACS. Constatou-se nas políticas públicas de incorporação das ACS à atenção básica uma orientação não formalizada de que esse trabalho seja realizado por mulheres, aproveitando-se habilidades construídas no âmbito doméstico para disseminar junto à população medidas de prevenção e promoção da saúde. Essa tendência contribui para a não-profissionalização das ACS e, consequentemente, sustenta a tímida oferta da formação técnica para essas trabalhadoras, assim como, contribui para o baixo investimento no equacionamento dos problemas que caracterizam a sua vinculação institucional. Dentre as várias questões apontadas pela pesquisa, destaca-se a relação entre as características associadas ao gênero e a dificuldade de obtenção de reconhecimento social, a sobreprecarização do trabalho, a formação aligeirada, entre outras características do perfil social e da qualificação profissional das ACS.

O texto analisa o trabalho das agentes comunitárias de saúde sob o ponto de vista da articulação entre os conceitos de qualificação e gênero. Esta perspectiva analítica possibilita refletir sobre questões relacionadas ao gênero da força de trabalho que tensionaram e continuam a tensionar no capitalismo contemporâneo o emprego do conceito de qualificação e o próprio trabalho que as ACS desenvolvem. Parte-se do pressuposto de que gênero e qualificação são processos que se constituem histórica e socialmente, afastando-se de uma concepção essencialista do que é ser mulher, bem como do entendimento da qualificação como um vínculo linear entre os requerimentos de um determinado posto de trabalho e o tempo de formação do trabalhador.

Quando se entende que a qualificação é um processo e um produto decorrentes das relações sociais que o próprio trabalho engendra, também influenciado por fatores socioculturais, permite sobrelevar que determinada atividade, dependendo do momento histórico, pode ser definida como feminina ou masculina, pois os diversos elementos em disputa para a sua configuração bem como a ideologia a eles correlata sofrem modificações. Nesse sentido, as taxas de feminização ou masculinização das profissões lançam luz sobre as transformações em curso no mundo do trabalho, bem como nas relações sociais entre os sexos (Cacouault, 2003).

É importante destacar que parte significativa das informações discutidas nesse texto foi obtida por meio da aplicação e análise de um questionário fechado respondido por 167 ACS da estratégia saúde da família do Rio de Janeiro, que compõem as turmas da formação técnica em curso no município. Obteve-se também informações através da literatura pertinente ao tema. Essas informações permitiram analisar o perfil social e os percursos laborais e formativos dos ACS entrevistados, em articulação com os conceitos de qualificação e gênero, possibilitando refletir sobre características do trabalho na atualidade e, especificamente, sobre a inserção dessas mulheres trabalhadoras no âmbito do SUS.

Pode-se constatar que já no Programa de Agentes de Saúde do Ceará, que se tornaria paradigmático para a ampliação do trabalho das agentes para o resto do país, optou-se por recrutar um contingente de 6.113 trabalhadoras, tendo como orientação da política empregar mulheres em situação de desemprego. Desde então, é baixo o nível de escolaridade exigido para esse tipo de trabalho. A princípio se requeria apenas o domínio de leitura e escrita.

Atualmente, de acordo com a lei 11.350/2006, as ACS, além de residirem na comunidade e realizarem formação inicial e continuada, precisam ter concluído o ensino fundamental.

Este fato permite constatar que desde as experiências iniciais, o programa apresenta como uma de suas marcas a relação entre o estado de vulnerabilidade e pobreza das populações atendidas e uma concepção de gênero na qual o papel do cuidado, socialmente construído como um atributo feminino, é usado para disseminar a política de Estado.

Isso significa que o sentido da contratação dessas mulheres está intimamente ligado ao seu papel na divisão sexual e social do trabalho. O domicílio sempre se constituiu em um locus de desenvolvimento de práticas de saúde, institucionalizadas ou não, cabendo à mulher a responsabilidade no cuidado das crianças, idosos e demais adultos. Assim, aproveitou-se uma função que já era exercida no âmbito doméstico, como o aleitamento materno, os cuidados com a higiene, entre outras, para fortalecer e disseminar uma política de Estado para o restante da população.

Optou-se, portanto, pelo emprego dessas mulheres com habilidades construídas no espaço doméstico, com certo reconhecimento social, mas com pouca possibilidade de se inserir nos quadros do Estado.

A sobrevalorização do que é considerado *suis generis* no seu perfil social está associada à dificuldade de profissionalização das ACS. Segundo Nogueira, Silva e Ramos (2000), esse perfil conforma-se pela associação de dois elementos: a sua origem comunitária e um suposto pendor à solidariedade. Acredita-se que os autores buscavam angariar consenso sobre as novas institucionalidades do trabalho, conforme visto em Morosini (2010) que constata a predominância do argumento relativo ao perfil social atípico destas trabalhadoras no processo de discussão da política de formação, gestão e práticas laborais das ACS.

Neste contexto de vulnerabilidade, acredita-se que ao se destacar “o pendor para ajuda solidária” naturaliza-se uma habilidade construída pelas mulheres nesses espaços, fomentando uma competência subjetiva através da qual se valoriza a capacidade de interação entre os moradores, para dar conta do afastamento do Estado. Assim, concorda-se com Appay (apud Hirata, 2009a) ao destacar que as propaladas “novas formas de emprego” nada

mais são do que um eufemismo que procura dar uma conotação positiva à precariedade e à flexibilidade do trabalho no mundo atual.

Nota-se, portanto, que a “identidade com a comunidade” e “o pendor para a ajuda solidária” são discursos interligados e construídos a partir de uma visão essencialista do que é ser mulher. Não qualquer mulher: mulheres em condições socioeconômicas bem determinadas pelo papel que cumprem na produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

O trabalho das agentes na comunidade é entendido como uma extensão do trabalho doméstico e, como tal, tem um reconhecimento social pontual. Essas mulheres não são vistas como profissionais do SUS e, dessa forma, não lhes cabe formação técnica, na medida em que elas já foram formadas socialmente para esse trabalho. Nessa perspectiva, o trabalho das agentes é apresentado como uma ocupação de transição, cujo perfil está mais vinculado à comunidade onde trabalham/moram do que ao Estado.

Quem são essas mulheres?

A análise das informações obtidas através dos questionários respondidos por ACS do município do Rio Janeiro permitiu elaborar considerações iniciais a respeito. A primeira está relacionada ao fato de que o trabalho como agente, mesmo sendo baixamente remunerado e estabelecido muitas vezes através de uma relação jurídica precária e terceirizada, possibilita certa estabilidade no emprego. No município do Rio de Janeiro, essa estabilidade se apresenta no fato de a maioria das ACS entrevistadas (88,9%) atuar nessa função há mais de seis anos, o que contrasta com o atual cenário de instabilidade e rotatividade no mercado de trabalho em geral.

Compreende-se que, ao contrário do que proclama a política, o que parece determinar o interesse dessas mulheres pelo trabalho como ACS não é a possibilidade de realizar na prática habilidades subjetivas como o pendor à solidariedade e liderança, nem a amenidade no trato ou a vocação para mediação. O principal fator que parece concorrer para que as mulheres procurem o trabalho como ACS, são as condições incertas e precárias de inserção no mercado de trabalho e, fundamentalmente, o imperativo da sobrevivência.

De fato, foi possível constatar que seus itinerários profissionais são extensos e erráticos como os da maioria dos trabalhadores brasileiros que ocupam a mesma condição de

classe das ACS entrevistadas. Não só boa parte delas começou a trabalhar muito cedo, como suas trajetórias profissionais não são pautadas por projeto anterior que lhes desse coerência. Em geral, as ocupações que desempenharam vão desde “operadora de caixa” até “costureira”, passando ainda por “empacotadora”, “balconista”, “auxiliar de serviços gerais”, “secretária”, “garçonete”, “telefonista”, “vendedora” e “autônoma”. Em termos quantitativos, é possível perceber o quão diversas são as trajetórias profissionais dessas ACS. Entretanto, a diversidade se dilui quando se consideram as características das ocupações que compõem esses itinerários profissionais, visto que a maioria dos postos de trabalho relatados remete à baixa qualificação, a níveis intensos de exploração do trabalho, redundando em pouco ou nenhum reconhecimento social. Pouquíssimas foram as entrevistadas que apontaram alguma experiência anterior com trabalho em saúde ou com prestação de cuidados pessoais.

Acrescente-se ainda que 33,5% das ACS entrevistadas também desenvolvem outras atividades remuneradas como forma de complementação de renda, dentre estas: técnica em enfermagem, diarista, comércio e as realizadas em seus próprios lares como a confecção de bolos, salgados, entre outras. Estes números permitem evidenciar que na maioria dos casos “ser” agente comunitária de saúde é apenas “estar” agente comunitária de saúde: uma profissão a mais no vasto e conturbado percurso profissional dessas mulheres¹.

Nesse sentido, o trabalho não é visto como um direito e os trabalhadores/trabalhadoras têm que encontrar soluções próprias para enfrentar tanto o desemprego quanto as formas precarizadas de trabalho. No caso das trabalhadoras, deve-se ressaltar ainda a conformação de uma ideologia que enaltece a independência da mulher pela sua inserção no mercado de trabalho.

Se, como foi destacado, na implantação da política se tinha como objetivo priorizar mulheres com pouca escolaridade, constata-se no perfil das ACS estudadas um aumento da sua escolarização, pois apesar de para o ingresso no curso técnico não ser necessária a

¹ O sentido que se busca oferecer com as expressões “ser agente” e “estar agente” é de crítica às visões naturalizantes e essencialistas do trabalho como ACS e do que é ser mulher em nossa sociedade. Pretende-se afirmar que a escolha em se trabalhar como agente de saúde não está fundada em uma vocação ou algo similar, mas sim em mais um recurso necessário à sobrevivência da classe trabalhadora.

conclusão do ensino médio, 89% delas já havia concluído este nível de ensino antes de ser matricular.

Cerca de 30 agentes, o que representa 19% do total, cursam ou já cursaram ensino superior, não somente em carreiras com predominância feminina, tais como pedagogia, serviço social, enfermagem, mas também em ciências contábeis, administração, história, física, entre outras. Considerando que a maioria das ACS já possui mais de seis anos na profissão, supõe-se alguma dificuldade em ocupar posições que exijam ensino superior no mercado de trabalho.

Buscou-se analisar neste artigo a perspectiva de gênero presente na qualificação das ACS que em muito contribui para o cerceamento de sua profissionalização. Acredita-se que o fato de a valorização de determinados aspectos do trabalho das ACS, e mesmo de sua inserção na equipe da ESF, fazer-se acompanhar de baixa remuneração, vínculos empregatícios indiretos, precária formação profissional etc reafirma e amplia uma posição resultante da correlação de forças hegemônica na sociedade brasileira atual, no que diz respeito às concepções de trabalho, educação e saúde.

Nesse contexto, seu trabalho é entendido como uma ocupação de passagem e sua mobilidade social dependeria da capacidade de cada uma dessas trabalhadoras em investir na sua formação e lograr uma melhor posição na sociedade, necessariamente longe da função de ACS, cuja qualificação é limitada a priori. “Estar ACS” seria um período de transição no qual essas mulheres, na posse de saberes construídos na esfera doméstica, poderiam escolher e investir nos rumos que traçariam, tanto no que diz respeito à profissionalização, quanto à sua formação.

Quando se contrasta a indução da política com os itinerários profissionais e formativos das entrevistadas, percebe-se que longe de serem trabalhadoras *sui generis*, suas trajetórias são significativas do processo de precarização mais amplo em curso no mundo do trabalho.

No que tange à sua formação, as ACS vem com muito esforço aumentando sua escolarização, sem que necessariamente isso lhes possibilite ascensão social, diferente das promessas contidas nos conceitos de competência e empregabilidade.

Mesmo assim, frente a um cenário nacional de precarização do trabalho, de recuo das lutas trabalhistas e de políticas públicas de caráter focalizado, as ACS, seja no Rio de Janeiro ou no Brasil como um todo, têm logrado, ainda que muitas vezes apenas em termos legais, se constituir como profissionais da saúde. Essas trabalhadoras seguem lutando pela formação técnica integral, pelo vínculo direto com as prefeituras, por aumento de salários, melhores condições de trabalho e verdadeiro reconhecimento social de suas atividades. Talvez esteja aqui, e somente aqui, a especificidade capaz de torná-las trabalhadoras *sui generis*.

Referências

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho, suas principais metamorfoses e significado: uma balanço preliminar. In Guimarães, C. (org) *Trabalho, Educação e Saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS*. Rio de Janeiro, EPSJV, 2010.

_____. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Números da Saúde da família*. Brasília Disponível em <http://dab.saude.gov.br/abnumeros.pap#numeros>. Acesso em 20 dez. 2011.

CASTEL, R. El ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2010.

CACOUAULT, M. Variações nos ofícios femininos e masculinos. In *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Maruani, M. e Hirata, H. (orgs). São Paulo, SENAC, 2003.

COMBES, D. e HAICAULT, M. Produção e reprodução, relações sociais de sexo e de classes. . In Vários. *O sexo do trabalho*. R. J, Paz e Terra, 1987.

DURÃO, A; V., MOROSINI M.V e CARVALHO V. O ACS e o conceito de comunidade na configuração de sua qualificação. In Vieira M, Durão, A.V e Lopes M. (orgs). *Para além da comunidade: O trabalho e a qualificação do agente comunitário de saúde*. R.J. EPSJV, 2011.

EPSJV/Fiocruz. Projeto “Curso de Educação Profissional de Nível Técnico para Agentes Comunitários de Saúde do Município do Rio de Janeiro”, 2011. [mimeo]

GIFFIN, K. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. In: *Cadernos de Saúde Pública*, vol.18. R.J, 2002.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In *Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho*, 1998.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo, 2002.

_____. Apresentação à edição brasileira. In *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Maruani ,M. e Hirata H. (orgs). São Paulo, SENAC, 2003.

_____ A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009a, p. 24-41. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/03.pdf>

_____ Globalização e divisão social do trabalho numa perspectiva comparada. In Guimarães, A.C, Hirata H. e Kergoat (orgs). *Trabalho Flexível, Empregos Precários? Uma comparação Brasil, França e Japão*. S.P, Editora da universidade de São Paulo, 2009b.

LIMA, J.C.I. e Moura, M.C. “*Trabalho atípico e capital social: os agentes comunitários de saúde na Paraíba*”. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

LOPES R. M., DURÃO, A. V.e CARVALHO V. A disputa sobre os sentidos do trabalho e da formação dos agentes comunitários de saúde. In *Para além da comunidade: O trabalho e a qualificação do agente comunitário de saúde*. Rio de Janeiro, EPSJV, 2011.

MACHADO, L. R. de S. “Educação básica, empregabilidade e competência”. In: *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, nº3, 1998.

MARUANI M. Introdução. In *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. In Maruani, M. e Hirata, Helena (orgs). São Paulo, SENAC, 2003.

MOROSINI, M.V. Educação e trabalho em disputa no SUS: a política de formação dos agentes comunitários de saúde. R.J, EPSJV, 2010.

NOGUEIRA R. P, Silva, F.B e Ramos. Z V. A Vinculação Institucional de um Trabalhador Sui Generis. O Agente Comunitário de Saúde. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <Http://www.ipea.gov.br>.

STABILE, C.A. Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas do abismo. In Wood, E.M e Foster, J. B.(orgs). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo, Boitempo, 2007.